



AT&T Agosto de 2019

Relatório de Transparência

Introdução

Na AT&T, assumimos a responsabilidade de proteger sua informação e privacidade com muita seriedade. Você pode aprender mais [aqui](#).

O presente relatório

Como todas as empresas, somos, por lei, obrigada a fornecer informação ao governo e às entidades por força de lei, bem como, às partes que intervêm em processos civis e criminais, em conformidade com mandados judiciais, requisições, procedimentos probatórios lícitos e outros requerimentos legais. O presente Relatório de Transparência da AT&T fornece (1) dados específicos sobre o número e os tipos de pedidos legais aos quais fornecemos resposta durante o primeiro semestre de 2019, bem como, (2) informações permitidas por lei que possam ser divulgadas referentes aos pedidos à segurança nacional do segundo semestre de 2018. Esse Relatório de Transparência também fornece informações sobre solicitações judiciais que foram parcialmente ou completamente rejeitadas, solicitações sobre dados de localização, pedidos de emergência e demandas legais internacionais

Neste reporte, estão incluídas todas as unidades de operações da AT&T (e assim os períodos anteriores não são comparáveis e foram removidos):

- AT&T Comunicações fornece telefonia, banda larga, vídeo e outros serviços de comunicações para seus consumidores nos EUA e para aproximadamente 3 milhões de empresas globalmente — desde de pequenas empresas até as citadas na Fortune 1000.
- WarnerMedia é uma empresa de mídia e entretenimento que produz e distribui conteúdos básico e premium incluindo: HBO, HBO Now, Warner Bros., TNT, TBS, truTV, CNN, DC Entertainment, New Line, Cartoon Network, Adult Swin, Turner Classic Movies e outros.
- AT&T Latim América fornece serviços de telefonia no México para consumidores e empresas, e serviços de entretenimento digitais na América do Sul e Caribe.
- A Xandr fornece aos anunciantes soluções avançadas de publicidade usando as percepções, as contribuições dos clientes da TV por Assinatura, dos serviços de telefonia e de banda larga da AT&T, bem como, do seu extenso inventário de anúncios das redes da WarnerMedia e conteúdo premium de marcas de terceiros.

Pedidos referentes à Segurança Nacional

Cartas de Segurança Nacional

Jan.–Jun. 2019

Total de cartas recebidas	500–999
Clientes identificados e selecionados	2.500–2.999

Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira

Jul.–Dec. 2018

Total com conteúdos	0–499
Seletores de clientes identificados	8.500–8.999
Total sem conteúdos	0–499
Clientes identificados e selecionados	0–499

Total de Pedidos em Processos Cíveis e Criminais dos EUA

Total de requerimentos

Jan.–Jun. 2019

(Federais, Estaduais e Locais; Criminais e Cíveis)	133.695
Requisições	104.374
Criminais	92.944
Cíveis	11.430
Mandados Judiciais [Gerais]	9.827
Informações históricas	6.698
Em tempo real (registro de números discados)	3.129
Mandados de Busca/Mandados Judiciais Baseadas em Causa Provável	
Informações históricas	12.516
Conteúdos armazenados	4.687
Outros	7.829
Em tempo real	6.978
Grampos telefônicos	1.309
Pedidos de localização de móveis	5.669

Pedidos Indeferidos/Dados Parciais ou Dados Não Fornecidos

(Desagregação dos dados incluídos no total de pedidos em Processos Criminais e Cíveis dos EUA)

Jan.–Jun. 2019

Total

66.157

Indeferidos/Contestados

4.167

Informação parcial ou sem informação

61.990

Pedidos de Localização

(Desagregação dos dados incluídos no total de pedidos em Processos Criminais e Cíveis dos EUA)

Jan.–Jun. 2019

Total

47.110

Informações históricas

37.144

Em Tempo Real

8.469

Estações rádio base de telefonia celular

1.497

Pedidos de Emergência

Jan.–Jun. 2019

Total

61.636

911

50.754

De ação imediata

10.882

Análise em Profundidade

Pedidos referentes à Segurança Nacional

As Cartas de Segurança Nacional (NSL) são requisições administrativas emitidas pela Agência Federal de Investigação (FBI) dos Estados Unidos para obrigar a disponibilização de informação relativa às investigações de antiterrorismo ou contraespionagem. As NSL limitam-se a fornecer informação sem conteúdo, tal como uma lista de números telefônicos discados ou a informação do assinante. Os requerimentos judiciais emitidos ao abrigo da Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira (FISA) podem exigir o fornecimento de dados com ou sem conteúdo relacionados às investigações de segurança nacional, tais como de terrorismo ou a espionagem internacional.

A nossa apresentação de relatórios em relação às NSL e aos pedidos da FISA (coletivamente referidos como os “Pedidos referentes à Segurança Nacional”) é regida pelas leis dos EUA.¹ Por lei, estamos autorizados a reportar dados dos pedidos sobre os quais fomos notificados e os “seletores de clientes identificados” pelos pedidos respectivos em faixas numéricas definidas especificamente e apenas por determinados prazos.

Total de Pedidos em Processos Criminais e Civis dos EUA

Este número inclui os pedidos aos quais respondemos em relação aos processos criminais e civis. Esta categoria não inclui os pedidos reportados em nossa tabela de Pedidos referentes à Segurança Nacional.

Os processos-crime incluem ações instauradas por entidades governamentais — ao nível federal, estadual ou local — em face de uma pessoa pela alegada violação da lei criminal. Devido ao fato de que quaisquer das autoridades de investigação federais, estaduais e locais nos EUA podem instaurar processos-crime, recebemos milhares de pedidos de diversas agências de aplicação da lei.

As ações civis incluem litígios que envolvem atores privados (por exemplo, um caso de responsabilidade pessoal, um processo de divórcio ou controvérsias entre empresas privadas ou indivíduos). Além disso, os processos civis incluem investigações instauradas por agências reguladoras governamentais, tais como a Comissão de Valores Mobiliários, a Comissão Federal de Comércio e a Comissão Federal de Comunicações.

O nosso Processo

Recebemos múltiplos tipos de pedidos judiciais, incluindo requisições, ordens judiciais e mandados de busca e apreensão. Antes de responder a **qualquer** requerimento judicial, verificamos se foi recebido o tipo correto de requerimento com base na lei aplicável e qual é o tipo de informação que se procura. Por exemplo, em alguns Estados devemos fornecer os detalhes dos registros das chamadas no caso de receber uma requisição. Em outros Estados, os detalhes dos registros das chamadas requerem um mandado judicial ou um mandado de busca e apreensão baseado em causa provável. Se a agência requerente não tiver enviado o tipo correto de requerimento, indeferimos o pedido.

¹ Ver artigo 50 U.S.C. § 1874, inserido pela Lei de Liberdade dos Estados Unidos (Direito Público 114-23 de 2 de Junho de 2015).

Tipos de Pedidos Judiciais

A categoria do relatório “Total de Pedidos em Processos Criminais e Cíveis dos EUA” corresponde ao tipo de demanda segundo a informação requerida, nomeadamente ao que se refere a mandados judiciais gerais e mandados de busca e apreensão.

Usualmente, as requisições não precisam da aprovação de um juiz e são emitidas por um agente do tribunal, por exemplo, um advogado. São utilizados em casos criminais e cíveis, normalmente para requerer (1) testemunhos ou documentos comerciais escritos, tais como os registros de chamadas e contratos de clientes, (2) informação básica dos assinantes, como o nome e o endereço constantes na fatura, e (3) dados relacionados a transações de publicidade usando nossa tecnologia de publicidade.

Os mandados judiciais gerais são assinados por um juiz. Consideramos mandados judiciais “gerais” a todas as decisões, exceto aquelas que contenham declaração de causa provável. Em um processo-crime, por exemplo, um juiz pode emitir um mandado judicial com base em um critério inferior à causa provável, por exemplo “relevante para uma investigação criminal em curso”. Nos processos-crime, esses mandados judiciais também são utilizados para requerer informação em tempo real, de registros de chamadas discadas/recebidas, pelos quais são fornecidos os números telefônicos discados e outras informações em relação a todas as chamadas, realizadas ou recebidas do dispositivo identificado no mandado. Em um processo civil, pode preferir-se um mandado judicial com base em um critério de “relevante” ou que “razoavelmente estima-se que conduz à descoberta de provas admissíveis”.

Tanto no contexto criminal como no civil, mandados judiciais gerais são usados para o pedido de informações históricas, tal como registros financeiros ou registros relacionados ao uso de um dispositivo sem fio.

Os mandados de busca e apreensão e os mandados judiciais baseados em causa provável são assinados por um juiz e só são emitidos após declaração de “causa provável”. Para ser emitido, o mandado ou a ordem devem estar suportados por testemunho sob juramento e provas suficientes para acreditar que a informação requerida constitui prova de um crime. A causa provável é vista como o critério de mais alto nível para requerer provas. Salvo em circunstâncias de emergência, precisa-se de um mandado de busca e apreensão ou de um mandado judicial baseado em causa provável para toda informação de localização específica em tempo real (como o sistema de posicionamento global — GPS) e conteúdos em tempo real (como os conteúdos obtidos através dos grampos telefônicos). Geralmente, os conteúdos armazenados (tais como mensagens de texto e de voz armazenadas) também precisam de um mandado.

Pedidos de informação originados no Exterior a respeito de um Consumidor ou Negócio dos EUA

Se recebemos um pedido internacional de informação a respeito de um consumidor estadunidense, seja uma pessoa física como jurídica, encaminhamos o requerente para o procedimento estabelecido no Acordo de Assistência Jurídica Mútua (MLAT, pelas siglas em inglês) do referido país. Não recebemos pedidos internacionais de informação a respeito de clientes estadunidenses de nenhum país que não tenha o procedimento de MLAT. O FBI garante o recebimento do correto formulário do procedimento estadunidense (por exemplo, uma requisição, um mandado judicial geral ou um mandado de busca), o qual fica sujeito às limitações estabelecidas a respeito de produção de provas nos EUA, e que os fluxos de dados transfronteiriços sejam tratados apropriadamente. Desta forma, qualquer pedido originado no exterior que siga um procedimento MLAT é reportado em nossa categoria de Pedidos Totais porque não podemos separá-lo de qualquer outro pedido legal que for recebido do FBI.

Pedido Indeferido/Dados Parciais ou Dados Não Fornecidos

Nesta categoria, incluímos o número de vezes que indeferimos um pedido ou fornecemos apenas informação parcial ou nenhuma informação em resposta a um pedido. A seguir mencionamos algumas razões pelas quais alguns dos pedidos estão inseridos nesta categoria:

- A autoridade policial apresenta um tipo incorreto de pedido. Por exemplo, indeferiremos uma requisição de grampo telefônico, porque necessita-se de um mandado judicial ou mandado de busca baseado em causa provável.
- pedido contém erros, tais como páginas em branco ou assinaturas faltantes.

- pedido não foi dirigido corretamente a AT&T.
- pedido não contém todos os elementos necessários para dar a resposta.
- Não dispomos de informação que corresponda ao cliente ou ao equipamento constante no pedido.

Pedidos de Localização

A nossa categoria “Pedidos de Localização” desmembra o número de pedidos judiciais, civis e criminais recebidos segundo o tipo de informação de localização requerida. (Informações históricas ou em tempo real). Os pedidos de informação de localização que procuram as coordenadas de GPS específicas do dispositivo ou detalhes dos registros das chamadas que refletem a localização de qualquer estação rádio base que está processando uma chamada. Da mesma forma, recebemos pedidos para a busca de estações rádio base de telefonia celular onde requerem que forneçamos todos os números de telefones registrados em uma estação rádio base particular durante um determinado período de tempo. Não mantemos um registro da quantidade de números de telefones fornecidos às agências de aplicação da lei em relação a buscas de estações rádio base de telefonia celular.

Um único pedido de estação rádio base de telefonia celular pode cobrir várias estações. Publicamos o número total de pedidos, bem como o número total de buscas de estações rádio base de telefonia celular. Por exemplo, se recebemos um mandado judicial que inclui duas estações rádio base de telefonia celular, é contabilizado como um pedido com duas buscas. No período do presente relatório, realizamos 3.406 buscas para os 1.497 pedidos referidos a estações rádio base de telefonia celular. O período de tempo médio em que a agência de aplicação da lei pede uma busca de estações rádio base de telefonia celular é de 2 horas e 27 minutos para o presente período do relatório.

Como todas as empresas, somos obrigados por força de lei a fornecer informações às agências e a outras entidades governamentais, cumprindo ordens judiciais, intimações e solicitações legais de busca. Em todos os casos, revisamos as solicitações

para determinar se são válidos. Nós exigimos um mandado de busca baseado numa causa provável para todas as demandas que solicitarem informações de localização em tempo real ou histórica, exceto em situações de emergência.

Pedidos de Emergência

Os números fornecidos nesta categoria são o total de indagações originadas em chamadas ao 911 e pedidos que precisam de ação imediata processados durante o período do presente relatório. As indagações originadas em chamadas ao 911 são aquelas que ajudam a localizar ou identificar uma pessoa que precisa de ajuda de emergência. Os “pedidos que precisam de ação imediata” são pedidos de emergência das forças da lei que estão trabalhando em casos de sequestro, casos de pessoas desaparecidas, tentativas de

suicídio e outras emergências. No intuito de proteger sua privacidade, requeremos que a agência da aplicação da lei certifique que está tratando um caso que envolve risco de morte ou lesões graves antes de compartilhar a informação requerida sob pedido de ação imediata.

Pedidos Internacionais

A categoria “Pedidos Internacionais” representa a quantidade de pedidos judiciais, civis e criminais, originados fora dos EUA e referidos às operações da AT&T no exterior. Estes pedidos são de (i) informação histórica/dados cadastrais dos assinantes que residem em outros países e negócios que operam em outros países; e (ii) pedidos de bloqueio de URL/IP (website/endereço internet) pelos governos estrangeiros.

Os diversos serviços fornecidos pela AT&T a nível Internacional afetam os tipos e o volume dos pedidos que recebemos

Serviços empresariais: a AT&T fornece serviços de telecomunicações e de tecnologia da informação (TI) aos escritórios no exterior dos grandes clientes comerciais multinacionais. Em todos os países no exterior onde a AT&T atende esses clientes, a AT&T recebe principalmente pedidos de informação histórica/dados cadastrais sobre os assinantes. Naqueles países onde a AT&T também oferece serviço de acesso à Internet, também pode receber pedidos de bloqueio de IP ou URL.

WarnerMedia: fora dos EUA, a WarnerMedia (por meio das suas operações e subsidiárias) opera serviços de entretenimento, incluindo a distribuição desde de pacotes básicos até premium, e serviços de streaming direto aos consumidores, como também noticiários e serviços de informações, que são distribuídos através de uma variedade de plataformas. As empresas da WarnerMedia também são engajadas na produção, distribuição e licenciamento de filmes, programas de televisão, livros comic, vídeo game e uma variedade enorme de produtos, incluindo licenciamento para teatros, serviços de televisão de assinatura, distribuição e serviços de tv a cabo, serviços sob demanda e distribuição e venda de discos físicos e eletrônicos.

Xandr: fora dos Estados Unidos, a Xandr (através de suas empresas operacionais e subsidiárias) fornece aos anunciantes e editores soluções avançadas de tecnologia de publicidade e facilita o acesso ao inventário de publicidade para profissionais de marketing, incluindo conteúdo premium de marcas de mídia premium.

Serviços de mobilidade dos consumidores: México é o único país fora dos EUA onde a AT&T fornece serviços de mobilidade dos consumidores. Em consequência, a AT&T recebe pedidos judiciais similares aos recebidos nos EUA, incluindo pedidos de informação de assinantes, informação de localização e conteúdos em tempo real.

VRIO: Em todos os países da América Latina onde a VRIO, afiliada da AT&T, fornece serviços de televisão por satélite aos consumidores, nós recebemos, principalmente, pedidos de informação sobre os assinantes, relacionados aos serviços das marcas DIRECTV e SKY Brasil. Naqueles países da América Latina onde VRIO também fornece serviços de banda larga, recebemos pedidos para realizar o bloqueio de IP ou URL.

Alguns Pontos Adicionais

- As solicitações de informação histórica/dados cadastrais dos assinantes referem-se a informações que abrangem o nome e endereço constantes na fatura ou os tipos de serviços adquiridos da AT&T.
- Os pedidos de bloqueio de IP ou URL provêm de países que requerem bloquear o acesso aos websites que consideram ofensivos, ilegais, não autorizados ou inadequados de alguma outra maneira. Esses pedidos estão listados separadamente da informação histórica do assinante.
- Na hipótese da AT&T oferecer acesso à Internet em alguns países estrangeiros, não temos a capacidade de verificar os conteúdos de qualquer website exceto os próprios sites

de AT&T. Em consequência, embora temos recebido e cumprido pedidos dos governos estrangeiros de bloqueio de acesso a websites em seus países durante o período do presente relatório, não recebemos pedidos para retirar conteúdos de websites (nem teríamos a capacidade de fazê-lo). Durante o período do presente relatório, não recebemos nenhum pedido dos governos estrangeiros para apresentar conteúdos armazenados.

- Em conclusão, as leis que regem os pedidos internacionais que recebemos podem diferir consoante o país. Respondemos a estes pedidos com base nas leis de cada país.²

² Índia, por exemplo, não permite a publicação dos ofícios.

Pedidos Internacionais³

Total de Pedidos Internacionais

Jan.–Jun. 2019

Argentina

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 510

Bélgica

Bloqueio de IP/URL 2

Brasil

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 1.015

Bloqueio de IP/URL 1

Canada

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 1

Chile

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 9

Colômbia

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 1.073

Bloqueio de IP/URL 2

Dinamarca

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 1

Equador

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 37

Israel

Bloqueio de IP/URL 13

Itália

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 1

Peru

Informações históricas: dados cadastrais do assinante 7

Romania

Bloqueio de IP/URL 1

Rússia

Bloqueio de IP/URL 180

³ Países reportados com “0” por 2 períodos consecutivos (12 meses) foram removidos da tabela. Nós voltaremos a reportar esses países caso tenhamos novas solicitações no futuro.

Total de Pedidos Internacionais**Jan.–Jun. 2019****Eslováquia**

Bloqueio de IP/URL

5

Turquia

Bloqueio de IP/URL

8.678

Uruguai

Informações históricas: dados cadastrais do assinante

3

Venezuela

Informações históricas: dados cadastrais do assinante

569

México

As leis aplicáveis para as demandas recebidas no México estão listadas abaixo.

Requerimentos de Informações Gerais

Legislação

Lei Federal de Telecomunicações e Radiodifusão, artigo 190

Código de Processo Penal Federal, artigo 303

Escutas Telefônicas

Legislação

Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, artigo 16º, parágrafo 12º

Código de Processo Penal Federal, artigo 291

Lei Federal contra o Crime Organizado, artigo 16

Lei dos Canais Gerais de Comunicações, artigo 122

Tipos de Demandas Legais

No México, não há distinção entre intimações e ordens do tribunal como nos EUA, porque a lei determina que todas as demandas por dados de clientes devem ser revisadas e autorizadas por um juiz.

As demandas legais são classificadas:

Informação Histórica. Em casos criminais, as ordens judiciais são usadas para exigir informações de assinantes, registros de detalhes de chamadas, informações de localização de celular e dados de identificação de dispositivos móveis. Em casos civis, as ordens judiciais só podem ser usadas para exigir informações do assinante.

Informações de localização em tempo real. Solicitações legais para esse tipo de informação devem ser revisadas e autorizadas por um juiz, cuja decisão deve ser baseada em relevância para investigações criminais e situações de segurança nacional. As demandas por informações de localização de coordenadas de GPS precisas do dispositivo ou registros de detalhes de chamadas devem refletir a localização de qualquer site de celular que esteja processando uma chamada. Também recebemos demandas por pesquisas nas torres de celular, que nos pedem para fornecer todos os números de telefone registrados em uma determinada torre de celular por um certo período. Não mantemos o registro do número de

telefone fornecidos por força de lei em conexão com as torres objeto de pesquisa.

Ordem do Tribunal para Escutas Telefônicas. No México há um procedimento especial para esses tipos de demandas legais, podendo o juiz autorizar a escuta telefônica se atendidos certos requisitos legais, e se o assunto estiver relacionado à investigações criminais ou à segurança nacional.

Jan.–Jun. 2019**México****Informações históricas: dados cadastrais do assinante/Detalhes dos registros chamadas****8.436**

Informação de localização (Estação rádio base)

7.521

Em Tempo Real**1.023**

Escutas telefônicas

703

Informação de localização (Exata)

320

Pedidos indeferidos/Dados parciais ou dados não fornecidos**1.028**

(Divisão pormenorizada de dados incluídos no Total de Pedidos de México)

Indeferidos/Contestados

256

Informação parcial ou nenhuma informação

772

Recursos adicionais

Mais informação sobre o nosso compromisso de privacidade pode ser encontrada em:

- Nossa Resenha das questões essenciais sobre [Privacidade](#);
- Nossa Resenha das questões essenciais sobre [Liberdade de Expressão](#).